



I N T E R REFORMADOS

UMA FORÇA QUE CONTA

CGTP
Intersindical Nacional

N.º 9 | Dez 2014



**BOM ANO
DE 2015
COM NOVO
GOVERNO
E NOVAS
POLÍTICAS!**

A LUTA CONTINUA E É DE TODOS!

Passagem de Ano de 2014 para 2015

A realidade é muito dura e a luta terá de continuar até ser dada a palavra ao Povo, em eleições, possibilitando a ruptura com a atual política de direita, permitindo votar numa verdadeira alternativa de esquerda.

Só uma pequena reflexão:

As chamadas medidas de austeridade deste Governo têm afectado com especial intensidade os aposentados, reformados e pensionistas que viram os seus rendimentos reduzidos por várias formas, pela desvalorização progressiva das pensões, resultante do facto de as mesmas não serem actualizadas desde 2009 (à excepção de algumas pensões mínimas), também por aumento da carga fiscal IRS, pelo roubo de uma parte das suas pensões por via da Contribuição Extraordinária de Solidariedade. O nosso Subsídio de Natal, recebido em duodécimos, foi gasto em cada mês porque a pensão é cada vez mais reduzida e chegados ao Natal... não conseguimos "poupar" para compra de "mimos" para familiares ou amigos ou ainda para nós!

Talvez a poesia nos faça sorrir e pensar na nossa capacidade de lutar e viver com dignidade, olhando os outros com amizade, fraternidade, solidariedade num tempo que tem sido de ataque deste Governo de direita aos nossos direitos e aos dos trabalhadores. Queremos continuar a envelhecer com dignidade em 2015 e seguintes.

(...)

Tu que inventas ternura e brinquedos para dar
Tu que inventas bonecas e comboios de luar
E mentes ao teu filho por não os poderes comprar
És meu irmão amigo
És meu irmão

E tu que vês na montra a tua fome que eu não sei
Fatias de tristeza em cada alegre bolo-rei
Pões um sabor amargo em cada doce que eu comprei
És meu irmão amigo
És meu irmão

(Excerto de poema "Quando um Homem Quiser"
de José Carlos Ary dos Santos)

ABRIL '14 /ACÇÃO REALIZADA

12 – Participação da Inter-Reformados (IR) na Marcha de Indignação e Protesto, da Praça do Município para o Rossio, promovida pelo MURPI, contra o valor das pensões.

MAIO '14 /ACÇÕES REALIZADAS

1 – Dia de comemoração e luta em todo o mundo. No nosso país foi dada uma eloquente resposta de trabalhadores, reformados, aposentados e pensionistas, à ofensiva deste governo do PSD/CDS.

25 – Manifesto da IR sobre as eleições para o Parlamento Europeu, apelando a que se levasse a luta ao voto.

JUNHO '14 /ACÇÕES REALIZADAS

21 – Participação na manifestação da CGTP-IN sob o lema “Acabar com esta política de direita governo rua!”, desde o Campo das Cebolas e Cais do Sodré até ao Rossio.

27 – Tomada de posição e protesto junto à Assembleia da República (AR), seguida de conferência de imprensa, pela forma como o governo tem tornado insustentável a vida dos pensionistas.

JULHO '14 /ACÇÕES REALIZADAS

10 – Manifestação Nacional com desfile para a AR contra o roubo dos direitos, salários e pensões. Elaborado manifesto pela Inter-Reformados que promoveu a sua divulgação.

24 – Protesto da IR e MURPI, realizado no Jardim da Estrela, com desfile para a AR, sobre o novo roubo que o governo queria fazer com a criação da Contribuição de Sustentabilidade. Foi entregue uma carta reivindicativa nos serviços da AR.

SETEMBRO '14 /ACÇÕES REALIZADAS

24 – Conferência “Educação: os valores de Abril”, organizada pelo Departamento de Aposentados do SPRC.

30 – Vigília de reformados do Metropolitano de Lisboa contra a suspensão dos complementos de reforma.

OUTUBRO '14 /ACÇÕES REALIZADAS

1 – Aniversário (44º) da CGTP-IN e dia internacional do idoso celebrado pelo STFPS do Norte e pela IR Coimbra.

2 – Contacto da IR Coimbra com a população da cidade para sensibilização sobre a destruição da economia e distribuição de comunicados informativos.

4 – Dia do Enfermeiro Reformado, celebrado em Vila Viçosa, organizado pela Comissão de Aposentados do SEP

9 – A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública apresentou uma queixa ao Provedor de Justiça contra a Caixa Geral de Aposentações sobre irregularidades cometidas no cálculo das pensões.

11 – Celebração do Dia Internacional do Idoso feita pela IR Castelo Branco, no Jardim Público da Covilhã, com a participação do grupo “A lã e a neve”.

31 – Participação dos aposentados na Manifestação Nacional de Trabalhadores da Administração Pública para exigir o respeito pelos seus direitos e reposição de tudo o que lhes foi roubado nas pensões.

NOVEMBRO '14 /ACÇÕES REALIZADAS

5 – Reunião entre a Coordenadora da IR e o Secretário do SPI CGIL (sindicato dos reformados) de Siena (Itália) para um intercâmbio entre as duas organizações.

6 – Marcha de trabalhadores e reformados ferroviários, do Largo de Camões para a Assembleia da República, em defesa do direito ao transporte, existente há mais de um século e negado agora por este governo, sendo ali entregue uma carta reivindicativa.

8 – Magusto/confraternização de reformados e pensionistas do MSU, organizada pela IR Coimbra.

8/9 – Visita às gravuras rupestres de Vila Nova de Foz Côa, organizada pela Comissão de Reformados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul.

12 – Criação da Comissão de Reformados do SITE NORTE (Braga), composta por dez elementos. Mais um passo para a solidificação da estrutura e um exemplo a seguir pelos sindicatos onde ainda não existem comissões de reformados.

14-20 – A Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum solicitou audiências aos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República para apresentar o seu caderno reivindicativo e saber das medidas que pretendem tomar em relação ao mesmo.

21-25 – Participação na Marcha Nacional “Por uma política de esquerda e soberana”, tendo a Inter-Reformados produzido um manifesto a apelar à participação de reformados e aposentados.

DEZEMBRO '14 /ACÇÃO REALIZADA

5 – 7º Encontro da IR Castelo Branco para eleição da Direcção Distrital e respectivos regulamentos, realizado na Biblioteca Municipal.

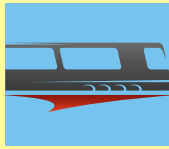
CONVERGÊNCIA NAS PENSÕES?!

Tendo havido informações contraditórias quanto à sustentabilidade da Caixa Geral de Aposentações (CGA), a FENPROF entregou uma petição na AR exigindo a realização de uma auditoria à CGA, supervisionada pelo Tribunal de Contas, para se poderem apurar responsabilidades acerca da situação a que chegou.

Desde 2005 que se têm verificado alterações avulsas ao Estatuto da Aposentação o que tem criado um clima de insegurança generalizada nos trabalhadores da Administração Pública. A segurança jurídica consagrada na Constituição da República, base de qualquer sociedade democrática, deixou de existir. O cálculo da pensão que era feito com base numa única fórmula, a partir de 2005, desdobrou-se em duas parcelas – o P1 (com base numa fórmula próxima da que constava do Estatuto da Aposentação mas que foi sucessivamente adulterada) e o P2 (correspondente ao tempo de serviço depois de 2005, a ser calculado com base nas regras da Segurança Social, mas que a CGA não tem respei-

tado, lesando ainda mais os aposentados). O P1 não é calculado com base na totalidade da remuneração de referência revalorizada, como acontece na Segurança Social, mas apenas com base, primeiro, em 90% dessa remuneração até 2010, e a partir deste ano, com base em 89% e com a publicação da Lei 11/2014, com base em 80%. Esta redução determina, só por si, uma quebra enorme no valor das pensões. Acrescem outras situações que reduzem ainda mais os montantes das pensões: – A eliminação das bonificações por carreiras longas; – O aumento da idade da aposentação em mais um ano;

– A subida do fator de sustentabilidade de 4,78% para 12,34%. Para além de tudo isto, a CGA tem feito uma aplicação ilegítima e abusiva das sucessivas alterações do Estatuto da Aposentação, nomeadamente, a quem pediu a aposentação após 31.12.2010. Esta situação já levou os sindicatos que integram a FENPROF a interpor, nos Tribunais Administrativos, Ações Administrativas Comuns contra a CGA, na defesa dos direitos e interesses dos seus associados que foram lesados com o cálculo (ilegal) das respetivas pensões. Também a FCSAP enviou uma queixa ao Provedor de Justiça contra a CGA por violação da lei.



O ATAQUE AO SECTOR DOS TRANSPORTES

Continua o fortíssimo ataque desferido pelos sucessivos Governos do PS-PSD/CDS, há mais de 20 anos, contra este importante sector, com a redução de serviços prestados às populações, tais como cortes de carreiras e aumentos nas tarifas, retirada de direitos aos trabalhadores e reformados, tornando-o mais apeteçível para a privatização. O Governo PSD/CDS continua apostado em acabar com os serviços públicos prestados às populações e ao país e tornando-os um grande negócio para o capital. Foram assim criadas as condições para privatizar as empresas que restavam na esfera pública. Quanto à TAP, é anunciada a sua privatização até ao final de 2014; a concessão a grupos privados dos STCP, Metro do Porto, Carris, Metro de Lisboa; privatizações em 2015 da CP-Carga e da EMEF. Em muitas destas situações, estamos perante novas versões de PPP em que o Estado fica com as dívidas destas empresas, entregando tudo o que é rentável às grandes multinacionais que exploram já grande

parte das empresas rodoviárias e ferroviárias. No Orçamento do Estado para 2015 mantêm-se todos os cortes nos direitos dos trabalhadores e reformados do sector, tais como o direito ao transporte e o roubo descarado nos complementos de reforma, agravando a situação de carência de muitos reformados. Acresce que milhares de reformados e seus familiares deixarão de poder viajar nos transportes a que dedicaram toda uma vida de trabalho, direitos estes consignados nos seus A.C.T. e AE's de Empresas. Sem se deixarem abater por esta situação adversa, os reformados do sector têm desenvolvido inúmeras lutas sindicais, seja pelas suas reivindicações específicas, seja ombro-a-ombro com os seus camaradas no ativo enquadrados pela FECTRANS e pela CGTP. É com esta determinação que iremos enfrentar os próximos tempos, lutando contra este Governo e a política de austeridade que empobrece o País e os portugueses.

Temos direito a envelhecer com dignidade e disso não abdicamos

Comissões Sindicais de Reformados Campanha de Dinamização

A Direção da IR-Nacional efetuou recentemente reuniões com diversas estruturas filiadas na CGTP-IN, Federações e Sindicatos Nacionais, com vista a efetuar uma avaliação da atividade sindical dos reformados e a dinamizar a criação e/ou reforço das Comissões de Reformados. Nomeadamente: Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas;

Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro; Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local; Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

Podemos, desde já, concluir que se registaram, a partir da 7ª Conferência de Inter-Reformados, saltos qualitativos e quantitativos apreciáveis, quer na organização, quer em iniciativas

próprias dos reformados. Nessas reuniões, as Direções atrás citadas comprometeram-se a adoptar medidas organizativas para estimular a criação/dinamização das Comissões de Reformados nos respetivos sectores. Outras reuniões estão pedidas, tendo a direcção da IR expectativas de que algumas destas ainda se realizem durante o ano de 2014.



Comissões de Reformados do Sindicato de Hotelaria e do SINTAB

Foram elaborados os regulamentos de funcionamento das Comissões de Reformados destes sindicatos levando à discussão e aprovação pelas respetivas Direcções. De acordo com os regulamentos, os reformados passaram a reunir com regularidade periódica, com boa participação, tendo sido estabelecido o pagamento de uma quota mensal simbólica.

Tem-se registado uma crescente participação dos reformados na vida destes sindicatos, quer nas lutas sectoriais, quer nas lutas gerais. No processo de melhoria progressiva destas organiza-

ções, vão ser eleitas direcções executivas e secretariados, procurando-se ativamente aumentar o número de reformados que participam nas reuniões.

As direcções dos sindicatos já aprovaram a constituição de uma página de reformados nos seus "sites", e a constituição de um ficheiro próprio nos serviços administrativos.

Um objetivo comum prosseguido no Sindicato da Hotelaria e no SINTAB é a constituição de uma Comissão Nacional de Reformados do sector, integrada na Federação (FESAHT).

POR UMA REPARTIÇÃO JUSTA DOS RENDIMENTOS E DA RIQUEZA

Contra a Exploração e o Empobrecimento

As Propostas da CGTP-IN para a Política Fiscal têm subjacente um triplo objectivo: maior justiça fiscal com a melhoria das condições de vida para os que vivem e trabalham em Portugal, o impulso à actividade económica e a melhoria das contas públicas.

O IRS é um imposto sobre o rendimento pessoal, que deve ter em conta os rendimentos e necessidades das famílias, visando a redução das desigualdades através de uma tributação adequada à capacidade contributiva de cada um e uma repartição equitativa da carga fiscal.

Todos os rendimentos dos sujeitos passivos de IRS deveriam ser tributados da mesma forma. Porém, determinadas categorias de rendimentos continuam a ser mais tributadas do que

outras, como é o caso dos rendimentos do trabalho face aos rendimentos de capital (juros, dividendos, mais-valias de acções).

A Constituição da República dispõe no nº 1 do art. 103º, que "o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e riqueza".

A CGTP PROPÕE O DESAGRAVAMENTO DA CARGA FISCAL DOS TRABALHADORES E PENSIONISTAS

A sobretaxa de IRS de 3,5% representa uma sobrecarga brutal para as famílias. Sendo uma taxa aplicada por igual a todos os escalões de rendimento, distorce a progressividade, aumentando a carga fiscal sem qualquer relação com a capacidade contributiva de cada um. Com a agravante de que há rendimentos, como os rendimentos prediais e as mais-valias mobiliárias, dispensados desta sobretaxa.

A primeira medida necessária para introduzir maior justiça fiscal é a revogação desta sobretaxa, já a partir

de 1 de Janeiro de 2015, permitindo aumentar o rendimento das famílias em cerca de 760 milhões de euros.

A CGTP-IN propõe a reformulação da tabela de IRS, criando 9 escalões, promovendo uma efectiva progressividade.

Esta proposta aumentaria o rendimento das famílias de aproximadamente 3.482,4 milhões de euros.

A CGTP-IN propõe ainda o aumento das deduções à colecta em despesas de saúde, educação, habitação, entre outras, e a introdução da sua progressividade. Desta forma, as deduções serão tão mais elevadas (em percentagem) quanto menor for o rendimento do agregado.



O grande projecto da FERPA, (organização dos reformados europeus de que a CGTP é membro), a iniciativa de cidadania europeia (ICE) sobre cuidados continuados, não foi aceite pela Comissão Europeia.

Com a ajuda de uma ONG especializada em recursos jurídicos contra a União Europeia, a FERPA recorreu da decisão da comissão, junto do tribunal europeu e acabou por perder essa batalha jurídica e política. Na verdade, a decisão da comissão, embora baseada em questões jurídicas, acabou por constituir uma recusa política ao direito que os trabalhadores querem ter de cuidados continuados de proximidade e qualidade. No entanto, o comité executivo da FERPA aprovou, na sua reunião de 27 e 28 de Outubro de 2014, em Bruxelas, um novo texto que servirá de base para essa ICE; não nos deixaremos intimidar e continuaremos essa luta que é nossa e de todos. Por outro lado, foi realizado um inquérito sobre transportes, designadamente sobre a situação dos reformados face à utilização dos transportes públicos; a partir dos resultados obtidos, trabalhar-se-á no sentido de (re)conquistar o direito a descontos no preço dos transportes, como meio de combater o isolamento dos idosos e reformados.

Também o comité de mulheres da FERPA decidiu encetar estudos e acções no sentido de poder vir a reivindicar-se uma pensão de reforma mínima, nunca inferior ao salário mínimo nacional nos vários países. Paralelamente, foram divulgados os resultados de um inquérito sobre a situação das mulheres reformadas nos vários países da U.E. que constituirá um observatório permanente sobre esse aspecto social.

A Inter-Reformados / CGTP-IN tem estado em todas estas frentes de trabalho e reivindicação. No entanto temos consciência de que não podemos ficar por esse passo; há que lutar para conquistar. Só com a luta defenderemos as nossas conquistas e alcançaremos o pleno direito a uma reforma digna.